



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

Formação social, autoritarismo de Estado e violência no campo em Mato Grosso

Viviani Sousa Barros¹
Lélica Elis Pereira de Lacerda²

Resumo: Buscou-se abordar no presente trabalho a formação do Estado brasileiro enquanto país de capitalismo dependente subordinado aos interesses dos países imperialistas. Apresentamos, também o autoritarismo como estratégia de dominação imposta aos países latino-americanos devido a constante tensão entre as classes. Destacamos, nesse processo a formação de Mato Grosso enquanto território sujeito aos interesses do capitalismo internacional em relação aos seus recursos naturais mais precisamente durante os anos da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Formação do Estado brasileiro; Mato Grosso; Capitalismo dependente; Autoritarismo.

Social formation, authoritarianism, of state and violence in the field in Mato Grosso

Abstract: The aim of this paper is to approach the formation of the Brazilian State as a dependent capitalism country subordinated to the interests of the imperialist countries. We also present authoritarianism as a strategy of domination imposed on Latin American countries due to the constant tension between the classes. In this process we highlight the formation of Mato Grosso as a territory subject to the interests of international capitalism in relation to its natural resources, more precisely during the years of the civil-military dictatorship.

Keywords: Formation Brazilian State; Mato Grosso; Dependent capitalism; Authoritarianism.

1 Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões acerca do autoritarismo do Estado brasileiro. Nele relacionaremos tais discussões ao problema de pesquisa da autora do presente artigo: a violência no campo mato-grossense e sua relação com a formação social do Brasil como país de capitalismo dependente.

Nesse sentido, nosso objetivo neste trabalho será analisar as relações entre formação social, autoritarismo de Estado e violência no campo em Mato Grosso.

Para tal tarefa nos vimos diante da necessidade de abordar as características essenciais do Estado, e, mais particularmente, do Estado brasileiro, sua economia dependente dos países imperialistas (e, por consequência, agroexportadora, baseada no

¹ Assistente Social pela UFMT e mestranda em Política Social pela mesma universidade. Bolsista CAPES. E-mail: barrosviviani21@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela UFSC e docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) do departamento de Serviço Social. E-mail: lelicaelias@yahoo.com.br.

latifúndio) para, então, abordar o autoritarismo e sua relação com a violência no campo.

O Estado e autoritarismo como fruto da contradição de classes

Para guiar nossa caracterização do Estado e sua relação com o autoritarismo tomaremos como base as contribuições teóricas de Marx, Engels (2010) e Lênin (2007).

Marx e Engels (2010) em o Manifesto do Partido Comunista, marco fundamental do pensamento materialista histórico e dialético, afirmam que o Estado consiste no comitê administrador dos negócios comuns da burguesia. Tal afirmação, que recebeu tantas vezes a acusação de ser simplista e não considerar a complexidade do funcionamento estatal, vem se mostrando cada vez mais afinada com a realidade, especialmente a partir do advento do capitalismo monopolista, o imperialismo (LÊNIN, 2012).

Seguindo a mesma linha de pensamento, o revolucionário Russo Vladimir Lênin (2007) afirmará que o Estado surge a partir da existência de classes sociais e das contradições entre elas. Ele afirma que: “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LÊNIN, 2007, p.27). Ele é portanto, “[...] um órgão de dominação de classes, um órgão de submissão de uma classe por outra” (LÊNIN, 2007, p.27).

Nesse sentido, quanto mais agudas forem as expressões de tais contradições de classe, mais presente tende a fazer-se o autoritarismo, componente sempre presente em determinada medida e característica fundamental do Estado. Pode-se comprovar tal característica ao observar-se que: “O exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais da força do poder estatal” (LÊNIN, 2007, p.29). A história recente do Brasil vem comprovar o que houvera afirmado o marxista Russo.

Assim sendo, para analisar o autoritarismo de Estado no Brasil, em Mato Grosso, e sua manifestação, tendo como sintoma a violência no campo, necessitaremos abordar aspectos específicos de formação social, considerando as contradições entre as classes em luta e a atuação do aparelho estatal frente a isso.

Reflexões a partir da formação do Brasil

O Brasil, conforme teóricos que estudam especificamente sobre a formação da

América Latina, caracteriza-se como um país de economia dependente. Isso quer dizer que suas forças produtivas desenvolvem-se atreladas às necessidades dos países de capitalismo central. Ocupando, assim, uma posição de subordinação a tais países, os quais Lênin (2012) denominou imperialistas.

Conforme Marini (1973) os países latino-americanos foram inseridos na divisão internacional do trabalho para prover a grande indústria de *commodities* e bens de consumo baratos viabilizados pela superexploração do trabalho. Isso ocorre, desde o processo de colonização do Brasil que se deu no bojo do desenvolvimento capitalista dos países centrais. No que diz respeito a superexploração do trabalho, teremos nos países latino-americanos, uma intensa jornada de trabalho e salários defasados sem contribuir, na maioria das vezes, para reposição das próprias energias do trabalhador.

Fernandes (1981) também irá caracterizar a formação do Brasil, bem como apontar as particularidades de nosso desenvolvimento, destacando as diferenças existentes da nossa formação em relação aos países capitalistas centrais.

A principal diferença em relação a formação econômica, política e social brasileira em relação aos países centrais e, que nos chama atenção é em relação a um aspecto assumido pela nossa burguesia. E no que consiste tal aspecto? Consiste no fato de que no Brasil, não ocorreu uma constituição de uma burguesia revolucionária que reivindicasse, por exemplo, uma reforma agrária de fato. Ocorreu uma associação dos setores atrasados (rural) aos nascentes (industrial). Nesse sentido, mesmo que apresentasse certas divergências em determinadas esferas, esses dois setores foram capazes de desenvolver-se e em, certa medida, trabalharem associados. Em resumo, podemos destacar que a burguesia brasileira:

[...] não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. No mais, ela florescia num meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua, intolerante e ardorosa, a modernização caminhava

rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea, que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrogradadas” e estáveis. (FERNANDES, 1981, p.204-205).

Assim colocou-se a burguesia brasileira em todos os períodos históricos: da constituição do Estado Nacional ao processo de industrialização. Em todos os períodos as mudanças foram graduais e, em certa medida, coexistindo o velho com o novo. O Estado, no cenário brasileiro, nunca foi destruído (diferente dos países centrais, por exemplo, em que a burguesia destruiu o Estado absolutista), nem mesmo no Estado Novo, pois conforme explicitado anteriormente, práticas consideradas atrasadas permaneceram.

Para Osório (2014), um dos muitos estudiosos sobre América Latina, apoiado nos escritos de Ruy Mauro Marini, também irá apresentar a posição submissa em que os países latino-americanos se encontram em relação aos países imperialistas e que nos colocam - dentro da divisão internacional do trabalho - até os dias atuais, como fornecedores de matéria- prima e mão de obra barata.

Osório (2014) irá nos apontar que, justamente por caracterizarmo-nos como um país de capitalismo dependente, a forma assumida pelo Estado será subsoberano (um estado que vira sua força coercitiva para dentro, contra seu próprio povo e não para agentes externos). Isso significa afirmar que países da América Latina possuem uma soberania restrita e subordinada aos países imperialistas (capitalismo central) e portando, somos dependentes. Isso ocorre, também, pela associação da classe dominante local (sem projeto nacional) aos países do bloco central do poder.

O autor destaca, ainda, que pela superexploração que países dependentes estão sujeitos tem-se a potencialização e enfrentamento das lutas de classes, assumindo, o Estado, características mais autoritárias e coercitivas com objetivo de manter a “ordem social”.

O Estado assume, também, uma característica que Osório (2014), irá apontar como contrainsurgente. Essa contrainsurgência é a reação à (falsa) ameaça comunista disseminada pelos Estados Unidos que pode ser materializado em ditaduras militares. O autor irá nos apontar diversos países que compõem a América Latina e que sofreram com o autoritarismo e golpes de Estado. Pode-se destacar: Brasil (1964); Bolívia (1971);

Chile (1973); Uruguai (1973); Peru (1975); Argentina (1976).

No Brasil, vivenciamos um Estado contrainsurgente, mais especificamente, durante a ditadura iniciada em 1964 conforme o próprio Osório (2014) destacou. Nesse contexto (1964-1978), segundo Ianni (1979)

[...] o Estado brasileiro foi levado a realizar uma política econômica razoavelmente agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital. Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente (p.15).

Foi durante a ditadura que tivemos a criação de diversos órgãos estatais voltados para intervir na questão do campo, porém, privilegiava os interesses privados como a entrada e apropriação do campo pelo capital internacional. A economia brasileira reforçou (mais) seu caráter de dependência durante a ditadura, apontando seu caráter exportador na medida que se apropriava intensivamente do campo:

Desde o começo, os governos militares foram levados a comprometer profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Trataram de privilegiar o caráter dependente da economia brasileira e reduzir ao mínimo, ou mesmo anular, o elemento de autonomia que também estava presente no conjunto do sistema econômico do País. A inflação, a queda na taxa de inversões, as greves operárias, a politização crescente das classes assalariadas, na cidade, e no campo, a luta pelas reformas de base (agrária, bancária, habitacional, educacional e outras), vários foram os motivos alegados pelo imperialismo, e os seus aliados no País, para justificar e apressar o Golpe de Estado de 31 de março de 1964. Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho do Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do País passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. Tratava-se, por outro lado, de expropriar ao máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país à livre ação do capital monopolista estrangeiro. À política econômica nacionalista, ou independente, proposta pelo governo do Presidente João Goulart, o governo militar do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco opôs na prática, uma política de desenvolvimento capitalista dependente, ou “interdependente”. O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporações transnacional. A ditadura instalada no País propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira, nacional e associada. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro foi levado a adotar a política de “economia aberta” (IANNI, 1979, p.17)

Nesse processo- de ditadura civil-militar, temos conforme exposto por Ianni (1979) uma maior subordinação do campo à cidade, bem como do Brasil em relação aos países imperialistas. Nesse sentido, é importante destacar a centralidade que a região Centro-Oeste adquire durante a ditadura por ser uma região estratégica (de fronteiras) e rica em sua biodiversidade (possuir três biomas, com destaque para a Amazônia).

Conforme veremos a seguir, observaremos que a região mato-grossense, acompanhando a lógica nacional, desde os primeiros momentos de sua colonização, sofreu uma exploração extremamente violenta. No entanto, também verificaremos, que a partir da ditadura teremos uma intensificação dessa violência no campo, principalmente pelo Brasil colocar-se definitivamente submisso aos interesses externos.

Reflexões acerca da formação do estado de Mato Grosso

A partir dos escritos de Feitosa (2018) em seu artigo intitulado: Estado para quem? Políticas e ocupação de Mato Grosso (pós- 1970) podemos destacar que as ações e intervenções do estado de Mato Grosso estiveram sempre para atender os interesses privados. Nesse sentido, o Estado atuou de forma a favorecer o crescimento do latifúndio em detrimento dos pequenos trabalhadores rurais, posseiros, indígenas, etc. que ocupavam a região.

Desde o processo inicial de apropriação do território mato-grossense as atividades econômicas eram oriundas da expropriação dos recursos naturais voltados, principalmente, para abastecimento da metrópole e demais países centrais (Inglaterra, por exemplo). O ouro teve centralidade nesse processo até a sua decadência, momento em que atividades agropastoris ganham destaque e, já no século XIX, temos a produção agroindustrial, porém sem muito sucesso.

No século XX, com Estado Novo a região Centro- Oeste passa receber atenção por parte do governo federal e ser alvo de uma política intitulada “Marcha para Oeste”. Tal política, partia do pressuposto que a região vivia um vazio demográfico, sendo, portando, necessário promover a ocupação da região, bem como integrá-la ao restante do país.

A partir dos anos de 1940, camponeses pobres, das regiões tradicionais do Brasil foram atraídos pelo programa ‘Marcha para o Oeste’, que se mostrou

uma grande falácia, visto que com as expectativas da continuidade da marcha, empresários e fazendeiros passaram a adquirir enormes lotes de terra em boa parte destinados à especulação. (NASCIMENTO, 1997 *apud in* FEITOSA, 2018, P.306)

A Marcha para o Oeste promovida pelo Estado, favoreceu o crescimento do latifúndio, pois facilitou a apropriação de mais terras pelos empresários, por outro lado, os trabalhadores vindos de outras localidades em busca de novas oportunidades não obtiveram tanto êxito. Feitosa destaca que ocorreu na região certa “[...] especulação com a terra por grandes grupos econômicos enquanto a maioria pobre que vinha para região em busca de terras tinha que se contentar com o trabalho nas fazendas” (2018, p.306).

Essa política de ocupação da região considerada vazia foi promovida pelo governo de Getúlio Vargas. Seu governo foi considerado por muitos teóricos como sendo nacional-desenvolvimentista. Segundo Bresser Pereira (2010), Getúlio Vargas foi o primeiro estatista a promover o desenvolvimentismo:

A partir dos anos 1930 ou, pelo menos, dos anos 1950, os países latino-americanos adotaram uma estratégia nacional de desenvolvimento bem-sucedida, a saber, o nacional-desenvolvimentismo, baseado na teoria econômica do desenvolvimento e na teoria econômica estruturalista latino-americana.”(p.2)

Para o autor citado, o nacional-desenvolvimentismo teria sido uma ação bem sucedida, pois buscou promover o desenvolvimento industrial. No entanto, no que diz respeito a questão agrária, podemos afirmar que essa política de ocupação de terras consideradas vazias promoveu o tensionamento das relações campo e cidade, bem como conflitos no campo.

Embora tenha sido criada no governo de Getúlio Vargas, a efetivação da política de ocupação do Centro- Oeste se dará nos anos posteriores já no período da ditadura civil-militar iniciada em 1964.

É durante a ditadura de 1964 que teremos um Estado que promoverá a “modernização do campo”, bem como a Reforma Agrária pela via da colonização (oficial e privada). Nesse período- em que temos um Estado marcadamente autoritário- a questão agrária passa a ser vista como problema de segurança, passando, inclusive, ser tratada pelo Conselho de Segurança Nacional. Assim, a ditadura civil-militar deu continuidade à política do governo federal dos anos anteriores e, deu sequência ao

Plano de Integração Nacional, apoiando-se na ideia disseminada ainda em Vargas de que era necessário ocupar os espaços vazios, tendo como “[...] lema ‘*Terra para homens sem terra, homens para terra sem homens*’”. (ROSA, 2018, p.237). No entanto, as terras em questão não eram desocupadas. Eram povoadas por populações tradicionais, indígenas, posseiros, etc. que tinham outro tipo de relação estabelecida com a terra:

Eram *terras de trabalho* que foram sendo transformadas em *terras de negócio* na medida em que juridicamente o acesso passou a ser garantido somente através da compra ou de titulação oficial que demonstrassem que a terra era propriedade com posse legítima (ROSA, 2018, p.238).

Nesse período- ditadura civil-militar- temos com maior intensidade a “[...] transformação da terra em mercadoria [...] (ROSA, 2018, p. 239) acarretando maiores conflitos sociais, como: “[...] a violência física do policial, do jagunço (‘fortalecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública’); a violência da justiça; e a violência que é interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial”. (MARTINS, 1984 *apud in* ROSA, 2018, p.239).

É durante a ditadura que teremos, também, grande interesse do Estado e empresas privadas em apropriar-se da Amazônia tendo, inclusive, criação de projeto específico para ocupação da mesma denominado Operação Amazônia. Tal política contribuiu para o fortalecimento e criação de diversos órgãos do aparelho estatal com objetivo de regular essas relações envolvendo a questão agrária na região, como foi o caso da:

SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) PROBOR, POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), PIN (Plano de Integração Nacional), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e outros atuaram diretamente e indiretamente sobre a realidade de Mato Grosso (ROSA, 2018, p.242).

Rosa (2018) destaca que muitos dos conflitos atuais relacionado a questão da terra em Mato Grosso tem relação com essa política adotada anteriormente, bem como a não realização de uma Reforma Agrária de fato. A reforma agrária promovida pela

ditadura se apresentou de duas maneiras: como colonização oficial e privada. A primeira teve:

[...] impulso com o Programa de Integração Nacional (PIN) que previa a abertura de rodovias federais e a reserva de uma área lateral destinada à colonização, com o plano de assentar 100 mil famílias de nordestinos atingidos pela seca e atingir o pica de 1 milhão de pessoas assentadas até 1974 (ROSA, 2018, p.243).

É importante pontuar que o Estado utilizou dessa prática como estratégia, também, de desmobilização dos movimentos sociais que reivindicavam o acesso à terra na medida em que retiravam “[...] trabalhadores das regiões de tensão social do Nordeste para a Amazônia, bem como de agricultores e trabalhadores da região sul do país [...]” (OLIVEIRA, 1993 *apud in* ROSA, 2018, p.243). Já a colonização privada caracteriza-se por ser uma ocupação direcionada por empresas privadas/particulares.

Essas empresas colonizadoras buscavam não só as terras favoráveis e a concretização de sua estratégia, como assumiam a responsabilidade de todo o empreendimento que compreendeu a implantação de obras de infraestrutura, com mediação e demarcação das terras, abertura de estradas vicinais, implantação dos núcleos urbanos, instalação de serviços de saúde, educação, etc. (MIRANDA, 1990 *apud in* ROSA, 2018, p. 247).

Esses empreendimentos direcionados pelas empresas privadas localizavam-se “[...] em territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas (além de populações tradicionais e posseiros)” (ROSA, 2018, p.247) resultando, com isso, a expropriação da terra dessas populações e, conseqüentemente, a violência. Nesse processo, também foram atraídos para Mato Grosso empresas ligadas ao setor da agropecuária para atuar na Amazônia Legal tendo, por parte do Estado, incentivos fiscais. (ROSA, 2018).

Rosa (2018) pontua que essa apropriação da região mato-grossense teve como fundamento a separação das populações nativas e tradicionais da terra. Separação necessária para a transformação da terra de trabalho em terra de negócio, tendo como exemplo disso, o desenvolvimento- nesse período- do agronegócio.

Considerações finais

Neste artigo, traçamos os principais nexos entre a formação brasileira e seus rebatimentos na luta de classes e na conformação do Estado brasileiro para, depois, particularizar esta dinâmica no estado de Mato Grosso. Para isso, apresentamos brevemente aspectos históricos tanto da formação do Brasil caracterizando-o como um país latino-americano de capitalismo dependente, como Mato Grosso apresentando as relações autoritárias em sua formação.

Abordamos a formação social do Brasil destacando seu caráter de capitalismo dependente no qual as classes dominantes brasileiras estão subordinadas a burguesia dos países imperialistas. Para sustentarmos tal ideia utilizamos como referencial, teóricos que debruçaram-se em analisar a particularidade latino-americana como foi o caso de Marini (1973), o próprio Fernandes (1981) quando ocupa-se em analisar as especificidades da revolução burguesa brasileira e destacar as diferenças em relação aos países centrais, Osório (2014) seguindo a mesma direção do primeiro autor destacado e Ianni (1979) que além de defender que houve maior subordinação do Brasil durante a ditadura iniciada em 1964 aos países imperialistas irá apontar os interesses do estado ditatorial em dominar a Amazônia e entrega-la ao capital internacional acarretando tensões entre os trabalhadores rurais e latifundiários.

Particularmente sobre Mato Grosso, buscamos apresentar brevemente sua formação, destacando sua economia baseada na extração de recursos naturais e apontando o caráter de economia baseada no latifúndio.

Buscamos destacar que a base material mato-grossense- pautada no latifúndio e por consequência uma economia agroexportadora- colabora para a violência no campo na medida em que nega acesso à terra aos trabalhadores, bem como expulsa os trabalhadores rurais, populações tradicionais e nativas de suas terras para a comercialização da mesma para o capital nacional e estrangeiro.

A partir das reflexões apontadas sobre a formação do Estado brasileiro e mato-grossense podemos afirmar que o autoritarismo esteve sempre presente, principalmente por estarmos constantemente em tensões e contradições entre as classes. O Estado, favorecendo a existência e permanência do latifúndio, promove a intensificação dos conflitos no campo. Diante disso, lança mão cada vez mais de medidas autoritárias para controle e dominação.

Referências

BRESSER- PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para Discussão**, São Paulo, n. 275, nov. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7726/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1>>. Acesso em : 06.Mar.2020.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação Sociológica. Ed. Globo, São Paulo: 1981.

FEITOSA, Beatriz dos Santos Oliveira. Estado para quem? Políticas e ocupações de Mato Grosso (pós-1970). In: : RODRIGUES, C; NETO, V. J (orgs.) **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. EdUFMT. Cuiabá: 2018.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura**: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

LENIN, V.I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.: Expressão Popular, São Paulo: 2007.

LENIN, V.I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Expressão Popular, São Paulo: 2012.

MARINI, R. M. A dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2a Ed. Expressão Popular, São Paulo: 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo, 2010.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Ed. Outras Expressões, São Paulo, 2014.

ROSA, J. C. Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços. In: RODRIGUES, C; NETO, V. J (orgs.) **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. EdUFMT. Cuiabá: 2018.